

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº _____, DE 2015

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita a convocação do Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, para que possa esclarecer as informações divulgadas na imprensa em relação a reunião com advogados das empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção na Petrobras, investigadas pela Polícia federal na operação Lava Jato.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, IV, do Regimento Interno e art. 50, caput, da Constituição Federal, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, para que possa esclarecer as informações divulgadas na imprensa em relação a reunião com advogados das empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção na Petrobras, investigadas pela Polícia federal na operação Lava Jato.

JUSTIFICAÇÃO

O portal G1 publicou, no dia 15 de fevereiro, matéria onde informa sobre o encontro do ministro da Justiça com advogados das empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção na Petrobras e que estão sendo apuradas pela Polícia Federal.

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa cobrou que a presidente Dilma Rousseff demitisse "imediatamente" o ministro, destacando o uso da "política" em processos judiciais, o que não aconteceu.

Recentemente, o ministro Cardozo também se reuniu com o procurador-geral da República dias antes da divulgação da lista de Rodrigo Janot referente a políticos suspeitos de envolvimento no mesmo caso.

Seguem matérias:

No Twitter, Joaquim Barbosa cobra demissão do ministro da Justiça

Ex-presidente do STF criticou o uso da 'política' no processo da Lava Jato.

Em nota, Cardozo diz não haver ilegalidade em audiência com advogados.

Do G1, em Brasília - 15/02/2015

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa cobrou, em sua página pessoal no microblog Twitter, que a presidente Dilma Rousseff demita "imediatamente" o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por ter se encontrado com advogados que representam investigados da operação Lava Jato. A mensagem foi postada na noite de sábado (14).

Em nota divulgada à imprensa neste domingo (15), Cardozo destacou a "absoluta regularidade" da audiência, registrada em "agenda pública e em ata específica". Afirmou ainda que, nos quatro anos à frente da pasta, "jamais interferiu nas atribuições do Ministério Público e do Judiciário".

Ao pedir a demissão do ministro da Justiça, Barbosa criticou o uso da "política" em processos judiciais, como o da operação Lava Jato.

Neste sábado, reportagem do jornal "O Globo" informou que Cardozo recebeu, em seu gabinete, três advogados representantes da Odebrecht, construtora investigada pela Lava Jato.

"Nós, brasileiros honestos, temos o direito e o dever de exigir que a presidente Dilma [Rousseff] demita imediatamente o ministro da Justiça", escreveu Barbosa em sua página.

"Refleta: você defende alguém num processo judicial. Ao invés de usar argumentos/métodos jurídicos perante o juiz, vc vai recorrer à Política?", questionou logo depois.

Ao jornal "O Globo", Cardozo confirmou o encontro com os representantes da empreiteira, mas não os identificou. Segundo o ministro, os advogados foram atendidos porque haviam feito um pedido formal de audiência.

Na reunião, segundo Cardozo, os advogados foram apresentar duas representações denunciando supostas irregularidades em fatos que envolvem a operação Lava Jato. No entanto, ele não quis dizer do que se tratava.

Na nota divulgada neste domingo, o ministro da Justiça ressaltou que "não há absolutamente nada de ilegal ou de irregular" em receber advogados que pretendem "representar contra eventuais atos ilegais que julguem ter ocorrido no âmbito da atividade de órgãos da pasta".

Ele afirmou ainda que, inclusive, é "dever" do ministério "receber estas representações e determinar o seu regular processamento, sob pena de incorrer em grave violação legal".

Leia a íntegra da nota do Ministério da Justiça:

"Brasília, 15/2/2015 - O ministro da Justiça Jose Eduardo Cardozo reitera, como o fez na matéria publicada pelo jornal O Globo de hoje, a absoluta regularidade da audiência realizada com advogados da empresa Odebrecht, dentro do estabelecido na legislação em vigor, uma vez que registrada em agenda pública e em ata específica, sendo devidamente acompanhada por servidor do próprio ministério. Os fatos relatados nessa audiência deram ensejo a duas representações que tramitam em sigilo legal decorrente da própria natureza dos fatos e das funções próprias do Ministério da Justiça.

O ministro também assinala mais uma vez que não teve nenhuma reunião para tratar da operação Lava-jato com o advogado Sergio Renault, ao contrário do que foi divulgado de forma inverídica por uma revista semanal.

Há mais de 4 anos à frente do Ministério da Justiça, o ministro José Eduardo Cardozo jamais interferiu nas atribuições do Ministério Público e do Judiciário, que têm independência assegurada pela Constituição Federal. Da mesma forma, tem garantido total autonomia de investigação à Polícia Federal, independentemente da condição política ou econômica de quaisquer investigados.

Ninguém pode desconhecer que, como é próprio de um Estado Democrático de Direito, a legislação brasileira (art. 7, VI, c, da Lei 8.908/94 - estatuto da advocacia) estabelece como direito de quaisquer advogados a prerrogativa de serem recebidos por servidores ou autoridades públicas no regular exercício de suas atividades profissionais.

Assim, não há absolutamente nada de ilegal ou de irregular no fato de que o Ministro de Estado da Justiça receba advogados que pretendem representar contra eventuais atos ilegais que julguem ter ocorrido no âmbito da atividade de órgãos da pasta. Aliás, é dever do Ministério da Justiça receber estas representações e determinar o seu regular processamento, sob pena de incorrer em grave violação legal.

Assessoria de Comunicação
Ministério da Justiça"

PROCURADOR OMITE ENCONTROS COM VICE E MINISTRO DA JUSTIÇA

Às vésperas de ações contra políticos, Janot se reúne com Temer e Cardozo

Assunto foi segurança pessoal do chefe do Ministério Público, e não investigação sobre Petrobras, diz governo

A poucos dias de apresentar a lista de políticos suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, manteve nesta semana encontros reservados com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o vice-presidente da República, Michel Temer.

As duas reuniões não foram registradas em nenhuma agenda oficial.

Janot encontrou Cardozo na noite desta quarta-feira (25) e Temer na manhã de quinta-feira (26).

O procurador deverá apontar na próxima semana os nomes dos políticos que serão alvo de inquéritos. Deputados e senadores só podem ser investigados com autorização do Supremo Tribunal Federal.

Principal interlocutor de Janot no governo, Cardozo teve nas últimas semanas encontros reservados com advogados de empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato. A Polícia Federal, responsável pelas investigações, é subordinada ao ministro.

Janot e Cardozo deram versões coincidentes para o seu encontro, revelado pela Folha, mas mudaram suas versões ao longo desta quinta.

Primeiramente, o procurador-geral disse que a reunião tinha sido para discutir a apresentação de um projeto de lei de iniciativa conjunta do Ministério Público Federal e do Ministério da Justiça.

Cerca de 20 minutos depois, Cardozo respondeu nos mesmos termos. "Estive discutindo com o procurador-geral medidas legislativas para encaminhamento ao Congresso em áreas de atribuição comum entre o Poder Executivo e o Ministério Público Federal", afirmou o ministro.

Por volta do meio-dia, foi divulgada nova versão, simultaneamente pelos dois lados. Cardozo teria avisado a Janot de que a área de inteligência do governo detectou um aumento do risco à segurança do procurador e sugeriu que ele reforçasse sua segurança.

A assessoria da Procuradoria-Geral da República informou que medidas para incrementar o aparato de segurança foram adotadas já nesta quinta, mas não as detalhou.

Cardozo não teria detalhado, na reunião, esses riscos, nem a quais órgãos de inteligência se referia, mas disse ao procurador que haveria "radicais se avolumando em vários segmentos", de acordo com relatos feitos à Folha.

A explicação para o encontro com Michel Temer, que é também presidente do PMDB, foi outra. A conversa ocorreu na residência oficial de Temer, o Palácio do Jaburu.

Segundo a assessoria da Procuradoria, Janot foi pedir a Temer a garantia de que os recursos para reajustes salariais no Ministério Público serão mantidos no Orçamento.

Ainda de acordo com assessores, Janot e Temer não trataram dos políticos que serão alvo da Operação Lava Jato. A expectativa é que o PMDB, partido do vice-presidente, tenha alguns de seus expoentes incluídos na lista.

A Comissão de Ética da Presidência da República pediu nesta semana a Cardozo explicações sobre os encontros que ele teve com advogados de empreiteiras. O ministro afirma que é seu dever receber os advogados e que só tratou da Operação Lava Jato em um desses encontros, que foi registrado em sua agenda.

Como se pode perceber da leitura das notícias acima transcritas, as informações divulgadas são preocupantes e precisam ser esclarecidas.

Assim, a convocação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que ora requeremos, é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em de março de 2015.

Deputado Vanderlei Macris
PSDB/SP